



Anais da Assembléia

Nº 154

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 04 DE DEZEMBRO DE 1981

ANO VII

EMENDA Nº 11 À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em conta o que foi aprovado pelo Plenário, P R O M U L G A a seguinte EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO:

Artigo único - O Art. 11 da Constituição Estadual, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11 — não perde o mandato o deputado investido na função de Ministro de Estado, Secretário de Estado ou Prefeito da Capital ou quando licenciado por período igual ou superior a cento e vinte dias, por motivo de doença ou para tratar de interesses particulares.

§ 1.º — Convocar-se-á suplente nos casos de vaga, de licença ou investidura em funções previstas neste artigo. Não havendo suplente e tratando-se de vaga, far-se-á eleição para preenchê-la se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato.

§ 2.º — Com licença da Assembléia Legislativa, poderá o deputado desempenhar missões temporárias de caráter diplomático ou cultural".

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, na Cidade de Curitiba, aos 02 de dezembro de 1981.

JOÃO MANSUR — Presidente
AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário
NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário

EMENDA Nº 12 À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em conta o que foi aprovado pelo Plenário P R O M U L G A a seguinte EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO:

O Parágrafo Único — do Art. 74 da Constituição do Estado do Paraná, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 74

- I -
- II -

III -

Parágrafo único - No caso do item III o prazo é reduzido:

- a) a trinta anos para as mulheres;
- b) a trinta anos, para o professor, e a vinte e cinco anos para a Professora, que nesse tempo tenham exercido efetivamente funções próprias do magistério.

O inciso I do Art. 75 da Constituição do Estado do Paraná será acrescido da letra C:

"Art. 75

- a)
- b)
- c) contar trinta anos, se professor, e vinte e cinco anos, se professora, observado o que dispõe a letra B do Parágrafo único do artigo anterior.

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, na Cidade de Curitiba, aos 02 de dezembro de 1981.

JOÃO MANSUR — Presidente
AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário
NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário

EMENDA Nº 13 À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em conta o que foi aprovado pelo Plenário, P R O M U L G A a seguinte EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO:

A Constituição do Estado do Paraná fica acrescida de mais um artigo, com a seguinte redação:

"Art. 158 — É assegurado aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica especialmente mediante:

- I - educação especial e gratuita;
- II - assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social;
- III - proibição de discriminação, inclusive quanto à admissão ao trabalho ou a serviço público e à salários;
- IV - possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos".

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná na Cidade de Curitiba, aos 02 de dezembro de 1981.

JOÃO MANSUR — Presidente
AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário
NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário

EMENDA N.º 14 À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em conta o que foi aprovado pelo Plenário P R O M U L G A a seguinte EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO:

Artigo único — O Art. 13 da Constituição, fica acrescido do parágrafo seguinte:

“§ 5º — A remuneração do deputado estadual não poderá ser superior a dois terços do que percebem, ao mesmo título, os deputados federais.”

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, na Cidade de Curitiba, aos 02 de dezembro de 1981.

JOÃO MANSUR — Presidente
AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário
NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário

RESOLUÇÃO N.º 51/81

Data: 03 de novembro de 1981.

Súmula: Autoriza a realização de plebiscito na área do Município de Curiúva, para fins de consulta à população sobre a criação do Município de Figueira.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante especificada, pertencente ao Município de Curiúva, para fins de consulta à população sobre a criação do Município de Figueira:

“Começa na nascente do Ribeirão da Areia Branca, e segue por este até o ponto em que recebe o Ribeirão das Pedras, seguindo por este até o Rio Laranjinha, e seguindo por este até encontrar o Ribeirão São Francisco, e por este até encontrar o Córrego Tabuão, daí até a nascente do Ribeirão Areia Branca, ponto de partida”.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “XIX de Dezembro”, em 03/11/1981.

JOÃO MANSUR — Presidente

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 141.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 4 DE DEZEMBRO DE 1981 SEXTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Ailton Cordeiro e Paulo Camargo.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Ailton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gemote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura das atas das sessões anteriores que são aprovadas sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

Mensagem n.º 130/81

Curitiba, 04 de dezembro de 1981.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência, para, nos termos do § 1º, alínea b, do artigo 15 da Constituição Estadual, convocar essa augusta Assembléia Legislativa a reunir-se, extraordinariamente, por 15 (quinze) dias, a contar de 7 do corrente mês, para o fim especial de apreciar as seguintes matérias de relevante interesse público:

I — Autorização para concessão de fiança nos empréstimos que venham a ser contraídos pelo Banco do Estado do Paraná S/A., com o Banco Nacional da Habitação, para serem aplicados pela SANEPAR, conforme anteprojeto proposto através da Mensagem n.º 127/81,

II — Revogação de dispositivos da Lei n.º 6364, de 29 de dezembro de 1972 (Lei Orgânica do ICM), conforme anteprojeto encaminhado com a Mensagem n.º 129/81.

III - Referendo a convênios celebrados pelo Estado, cujas Mensagens encontram-se em andamento nessa augusta Casa de Leis.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado.

Mensagem n.º 127/81

Curitiba, 30 de novembro de 1981.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa autorizar o Poder Executivo a dar fiança nos empréstimos que vierem a ser contraídos pelo Banco do Estado do Paraná S.A. com o Banco Nacional de Habitação, para serem aplicados através da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

O Governo Federal, através do Banco Nacional de Habitação, preparou e está ainda executando o Plano Nacional de Saneamento - PLANASA, que se propõe permitir ao Governo do Estado o equacionamento, em caráter permanente, do problema do abastecimento de água ao mesmo tempo, oferecer-lhe os meios necessários para solucioná-lo.

Com tais objetivos, o Governo do Estado, compreendendo o alcance e a importância da meta pretendida pelo Governo Federal, no setor de saneamento, celebrou no dia 23 de março de 1972, convênio com o Banco Nacional de Habitação - BNH, destinado a estabelecer as condições gerais à realização de programa integrado, no âmbito do Estado do Paraná, propiciando o equacionamento global e permanente do problema de abastecimento de água em todos os municípios.

Conforme preconiza o mencionado convênio, o Governo do Estado, através da Lei n.º 6317, de 20 de setembro de 1972, munuiu-se de instrumentação legal para concessão de garantia nas operações de crédito contraídas junto ao Banco Nacional de Habitação. Ocorre que os limites para concessão de fiança a que alude a referida lei, foram atingidos, havendo, portanto, necessidade de ampliá-los a fim de que o Estado do Paraná possa continuar participando do PLANASA.

Assim, visando complementar os valores estipulados através das leis n.º 6317/72 e 7428/80, torna-se necessária e oportuna a medida que ora submeto a essa augusta Casa de Leis.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a dar fiança aos empréstimos contraídos ou que venham a ser contraídos pelo Banco do Estado do Paraná S.A. com o Banco Nacional de Habitação, para serem aplicados através da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, até o máximo de 7.000.000 (sete milhões) de UPCs, correspondentes, nesta data, a Cr\$ 8.675.730.000,00 (oito bilhões, seiscentos e setenta e cinco milhões, setecentos e trinta mil cruzeiros), destinados a execução de obras do sistema de abastecimento de água e esgoto em municípios do Estado, e a conferir ao Banco Nacional de Habitação os poderes para levantar, junto ao Governo Federal, as parcelas do Fundo de Participação dos

Estados, que lhe couberem, na forma da legislação em vigor, e na sua insuficiência ou extinção, levantar junto aos órgãos do Governo Estadual e Bancos, os recursos provenientes de impostos Estaduais, bem como, saldos dos depósitos bancários, suficientes para responder pelo débito corrigido e demais encargos contratuais decorrentes dos empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Habitação ao Banco do Estado do Paraná S.A.

Parágrafo único. Os poderes previstos neste artigo só poderão ser usados pelo Banco Nacional de Habitação, na hipótese de o Banco do Estado do Paraná S.A. ou o Governo do Estado não terem efetuado, no vencimento, o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos celebrados com o Banco Nacional de Habitação.

Art. 2.º - Fica ainda o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimos destinados a suplementar a integralização do Fundo de Água e Esgotos - FAE/PR e a integralização do capital da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, até o máximo de cem por cento do valor previsto no artigo primeiro, bem como, garanti-los na forma ali estabelecida.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

- Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 129/81

Curitiba, 30 de novembro de 1981.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a revogação dos incisos IX e X, do Art. 3.º, da Lei n.º 6364, de 29 de dezembro de 1972 (Lei Orgânica do ICM).

A inclusa cópia autêntica da Exposição de Motivos n.º 1165/81, de 16 de novembro de 1981, firmada pelo Sr. Secretário de Estado das Finanças, diz com o devido detalhe sobre a necessidade, oportunidade e interesse público de que esté revestida a medida ora submetida a essa augusta Casa de Leis.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º - Ficam revogados os incisos IX e X, do art. 3.º, da Lei n.º 6364, de 29 de dezembro de 1972, com as alterações introduzidas pelo Art. 1.º, da Lei n.º 6551, de 07 de junho de 1974.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ofício n.º 1165/81-GAB

Curitiba, 16 de novembro de 1981.

Senhor Governador:

1. Pelo presente encaminho a Vossa Excelência anteprojeto de lei que objetiva ajustar a legislação tributária estadual ao mecanismo de redução na base de cálculo do ICM nas saídas de bens usados, tais como de máquinas, aparelhos, veículos, motores, móveis e vestuário, previsto no incluso convênio ICM 15/81 de 23.10.81, ratificado no plano Estadual pelo Decreto n.º 4401 de 5.11.81.

2. A lei orgânica do ICM (incisos IX e X, do art. 3.º, da Lei n.º 6364, de 29.12.72, com a alteração introduzida pelo

art. 1.º, da Lei n.º 6551, de 07.06.74), restringe o benefício da redução na base de cálculo apenas nas saídas de veículos, máquinas e aparelhos usados.

3. De outro lado, fixa base de cálculo não prevista nas normas gerais de direito tributário (art. 18, § 1.º da Constituição), relativas ao ICM, consubstanciadas nos Decretos Leis n.º 406, de 31.12.68 e n.º 834, de 09.09.69.

4. As bases de cálculo factíveis no âmbito legislativo estadual são, evidentemente, as previstas na legislação nacional (aludidos Decretos, Decretos-leis ou leis complementares que lhes alterarem) e quaisquer reduções que as diferenciem devem ser veiculadas através de CONVÊNIOS nos termos da Lei Complementar Federal n.º 24, de 7.1.75, que veio regulamentar o § 6.º, do Art. 23 da Constituição.

5. Estando o convênio que institua, reduza ou que revogue o benefício fiscal (a redução na base de cálculo, funcionando como isenção parcial do ICM, está, expressamente, mencionada no Inciso I, do Art. 1.º, da Lei Complementar Federal n.º 24/75) integrado à legislação estadual, a sua implementação ocorrerá, nos termos do inciso II, do Art. 52 da Constituição do Paraná, combinado com o § 1.º, do Art. 42, da Lei de Regência do ICM, através de Instrução da Secretaria das Finanças.

6. Nessa ordem de entendimento, tendo o citado Convênio 15/81 diminuído a redução nas bases de cálculo do ICM, aplicáveis nas saídas dos mencionados bens usados, de noventa por cento para oitenta por cento, além de ampliar o campo de atuação da base impositiva reduzida, vimos propor a Vossa Excelência o encaminhamento de mensagem ao Poder Legislativo Estadual, revogando os incisos IX e X do referido Art. 3.º, da Lei 6364/72.

7. A medida tem caráter de urgência, a fim de que, já a partir de 1.º de janeiro de 1982, possa a Secretaria das Finanças implementar, adequadamente, o benefício fiscal previsto no Convênio ICM 15/81.

Valho-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada consideração.

(a) EDSON NEVES GUIMARÃES
Secretário de Estado das Finanças

-- Ao Departamento Legislativo.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do jovem MAURI FRISO.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1981.

(a) TÚLIO ZANCHET.

Apoio: Deni Schwartz.

JUSTIFICATIVA:

Filho de tradicional família de Francisco Beltrão, que há mais de uma década vem exercendo relevantes serviços a esta comunidade, sendo também uma das pioneiras de nossa região.

O passamento deste jovem, deixa uma lacuna impreenchível, não apenas à sua família, mas para toda a comunidade beltronense que, em face do lamentável acidente automobilístico, ocorrido dia 29 último, perdeu um jovem de quem a família e a sociedade muito esperavam e que por certo sempre

será lembrado com muita saudade e carinho.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de regozijo, pelo transcurso do 29.º aniversário de Emancipação Política do Município de Francisco Beltrão.

Com apenas 29 anos de vida autônoma, Francisco Beltrão conta já com cerca de 80.000 habitantes e com mais de 30.000 eleitores. Constitui-se em verdadeiro polo econômico do Sudoeste paranaense, além de representar centro cultural e político de projeção em termos estaduais.

Requer, ainda, dê-se ciência da decisão desta Casa de Leis ao povo beltronense, nas pessoas do Sr. Prefeito Municipal, João Batista de Arruda e do Sr. Presidente da Câmara de Vereadores Altair Toledo Penso.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1981.

(a) TÚLIO ZANCHET.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso e gozo de suas atribuições regimentais, REQUER, que depois de ouvido o Plenário, seja encaminhada à Direção da TELEPAR a solicitação para instalação de rede domiciliar de telefones na Cidade de São Jorge do Patrocínio, no Município de Altônia, onde existe um posto de Serviço sem condições de preencher as crescentes necessidades de uma cidade populosa e progressista.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1981.

(a) ROMERO FILHO.

JUSTIFICATIVA:

O Governo se jacta de haver dado ao Paraná o mais amplo e o mais moderno serviço telefônico do País, através do sistema DDD e DDL.

Isso, sem dúvida, constitui notável conquista, porque o Paraná pode comunicar-se, rápida e perfeitamente, com todo o Brasil e com os países estrangeiros.

O telefone deixou de ser, há muito tempo, objeto de luxo, para ser um criado à disposição a qualquer hora do dia e da noite.

É evidente sua utilidade numa residência, numa indústria ou numa casa comercial. Em nosso estágio de desenvolvimento, ninguém mais pode prescindir dos seus serviços.

Por esse motivo, é de estranhar-se que uma cidade, de população numerosa, e tomada de grande impulso no campo da economia, não disponha ainda de telefones domiciliares, e vive na dependência de um precário Posto de Serviço. Um Posto de Serviço equivalente a telefone público, pois, colocada a cabine numa sala onde todos se amontoam, fica tolhida inteiramente a liberdade de quem está falando.

Existem assuntos de família e assuntos de negócios que são reservados, confidenciais. E segredos não podem ser expostos numa sala de PS. Como São Jorge do Patrocínio, é uma cidade próspera, com população que cresce de ano para ano, torna-se lucrativa, para a TELEPAR, a instalação de telefones domiciliares.

O nosso requerimento vai ao encontro dos interesses de uma população laboriosa, digna de melhor sorte, e, por ser constitucional, terá, por certo, a aprovação unânime desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Unanimidade Assembléia Legislativa Paraná ante dolorosa aflição experiência com desapropriados Itaipu espera atendimento sua legítimas reivindicações apela sentido enérgica positiva interferência Vossência para avaliação justa humana terras benfeitorias para fins desapropriação, região onde se erguerá Usina Hidrelétrica Ilha Grande no Rio Paraná.

Esta casa vai designar comissão interpartidária destinada dar assistência cabal desapropriados acompanhar trabalhos avaliação, pagamento indenizações impedindo que milhares trabalhadores honrados sejam convertidos massa de mendigos.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1981.

(a) ROMERO FILHO.

JUSTIFICATIVA:

O Ministro de Minas e Energia vem de declarar de utilidade pública para fins de desapropriação extensa região, destinada a ficar submersa por ocasião da construção da Usina Hidrelétrica da Ilha Grande, no Rio Paraná, logo acima de Itaipu.

Cerca de oito municípios serão diretamente atingidos, em nosso Estado, com sacrifício maior do Território de Querência do Norte, a ser inundado em grande porção.

Os proprietários rurais e os posseiros vivem seriamente preocupados, desde a primeira notícia de que, na região, iria surgir a represa da nova Usina.

A preocupação se agravou consideravelmente ante o que está ocorrendo com os proprietários rurais, e com os posseiros da região de Itaipu, que tiveram de chegar ao extremo de acamparem em Foz do Iguaçu, presidida pelo General Costa Cavalcanti, por não pagar ela o preço real dos imóveis e das benfeitorias desapropriadas.

Se a intervenção da Igreja, por intermédio do Bispo D. Olívio Fazza, e se a intervenção de uma Comissão Inter-Partidária desta Assembléia Legislativa de pouco estão valendo, para a solução satisfatória do problema de Itaipu, é natural que a população das circunvizinhanças da Ilha Grande estejam atemorizadas com o futuro sombrio que a aguarda.

Sabe-se que a avaliação das terras é feita sempre por baixo porque o Governo quer sempre lucrar à custa do sacrifício do povo. A mínima avaliação ficará ao encargo de uma empresa paulista, pouco interessada em que os proprietários no Paraná gostem ou não da mesma, embora a indenização deva ser paga pela ELETROBRÁS.

Por detrás da mini-avaliação devem existir bons negócios para que haja o critério imoral e desumano de espoliação daqueles que, geração após geração, viveram sempre do tamanho da terra.

Esta Casa precisa estar vigilante, na defesa dos interesses e dos direitos sagrados de uma população constituída, em sua maioria, de gente humilde e desamparada. Esta Casa precisa acompanhar os trabalhos de avaliações das terras e das benfeitorias a serem desapropriadas, a fim de que reine, sobretudo, o critério de justiça. Não podemos suportar mais este impacto em nossa economia, acrescido do agravamento do problema social agudo que se cria.

A indenização deverá permitir que os desapropriados adquiram, de imediato, novas propriedades, para que não haja solução de continuidade em sua atividade agropecuária. O Estado do Paraná não pode continuar a ser prejudicado na sua produção e na sua receita, como não pode ficar com o onus dos trabalhadores rurais sem emprego que ocorrem às cidades, onde se favelizam e onde o desespero os obriga a enveredar para o crime, como o último recurso à sobrevivência.

O critério mais justo e mais humano seria o da construção antecipada de agro-vilas em torno do reservatório a surgir. Estaria solucionada, primeiramente, o problema social. Em segundo lugar, a continuidade da produção agrícola garantiria o abastecimento de gêneros alimentícios à população das cidades próximas. A economia particular não sucumbiria e não sofreriam nova queda as rendas públicas.

Parece-nos de bom alvitre que a Assembléia Legislativa ajude a prevenir o mal que se avizinha, ao constituir uma Comissão Inter-partidária, destinada a acompanhar os passos dos avaliadores das terras a serem alagadas, verificando o que fará, e como fará, o Instituto de Cartografia e Terras no caso em espécie, e qual o procedimento do retante Governo do Estado. A Comissão Inter-partidária sugerida deve ser integrada por todos os partidos políticos com representação nesta Casa, e precisa unir seus esforços, para que a gente pobre e desprotegida não seja, mais uma vez, enganada e espoliada.

Para comprovar a firmeza de sua decisão de luta, a Assembléia Legislativa deve chegar sua voz às autoridades federais competentes, razão pela qual requeremos o envio, em seu nome, de um telegrama ao Ministro das Minas e Energia e ao Presidente da ELETROBRÁS, com a redação que tomamos a liberdade de submeter à apreciação geral.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 162/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “GRANDE LOJA DO PARANÁ”, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1981.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

A Grande Loja do Paraná é uma instituição de caráter beneficente e cultural sem fins lucrativos, na qual congrega também o Clube Feminino Maçônico da Grande Loja do Paraná de fins filantrópicos e de utilidade pública, pois, através de seus objetivos promove a proteção às crianças carentes orientando-as na sua educação intelectual e religiosa, bem como à velhice desamparada.

Assim sendo, apresentamos o presente plano de lei, esperando dos ilustres Pares o apoio e posterior aprovação, pois o mesmo preenche os requisitos mínimos exigidos pela Lei n.º 6994, de 1978, legislação reguladora da matéria em foco.

PROJETO DE LEI N.º 163/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o título de “Cidadão Benemérito do Paraná” a Dom EUFREIN KREVEL.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1981.

(a) ADALBERTO DAROS.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Túlio Zanchet.

Ausente. Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente.

Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente.

Não havendo oradores inscritos no Grande Expediente, a Mesa consulta à Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Havendo declinado, a mesa consulta às Lideranças do PTB, PP e PDS. (Todas as lideranças declinam).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 22/81, que cria o Distrito Administrativo de Santa Rota D'Oeste, no Município de Terra Roxa, conforme os limites e confrontações que especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 22/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Distrito Administrativo de Santa Rita D'Oeste, no Município de Terra Roxa, conforme os limites e confrontações abaixo descritas:

NORTE E NOROESTE: Confronta com terras do Município de Terra Roxa, através de uma linha seca que parte da Estrada Paulista, segue entre os lotes n.º 172 e 173; 173 e 174 até a estrada Santa Rita, seguindo por esta, até encontrar a Estrada Ranchinho. Segue-se pela Estrada Ranchinho até a Estrada Dr. Dário e segue-se finalmente por esta até a divisa com o Município de Palotina;

LESTE: Confronta com terras do Município de Palotina, através de linha seca;

SUDESTE: Confronta com terras do Município de Nova Santa Rosa, através de uma linha seca;

SUL: Confronta com terras do Município de Marechal Cândido Rondon, através do Rio Guassuzinho;

OESTE: Confronta com terras do Município de Terra Roxa, através de uma linha seca, que parte da divisa com o Município de Marechal Cândido Rondon, passa entre os lotes 116 e 115, cruza o Arroio Serpentina, cruza também o Córrego Santa Lourdes e segue até a Estrada Paulista, seguindo por esta até o ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de dezembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente;
RENATO BERNARDI — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei Complementar n.º 138/81, que altera dispositivos da Lei Complementar n.º 07, de 22 de dezembro de 1976. (Estatuto do Magistério). — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 138/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — O § 6.º, do artigo 10, os artigos 32 e 34, o "caput" do artigo 68 e do artigo 76 da Lei Complementar n.º 7, de 22 de dezembro de 1976, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 10
§ 6.º. Cada Classe é composta de onze referências, sendo que a primeira corresponde ao vencimento inicial da Classe e as demais correspondem aos avanços diagonais previstos nesta Lei".

"Art. 32. A promoção é o mecanismo de progressão funcional do Professor ou do Especialista de Educação e dar-se-á através de avanço vertical e de avanço diagonal.

§ 1.º — Por avanço vertical entende-se a progressão de uma para outra das Classes definidas no § 4.º, do artigo 10.

§ 2.º — Haverá dois terços de avanços verticais:

- avanço vertical por qualificação, através de concurso de provas e títulos a que se submete o Professor ou Especialista de Educação, para passar de um nível de atuação para outro, da mesma classe, com idêntica remuneração, respeitada a habilitação profissional fixada na sistemática de classificação de cargos adotadas por esta lei;

- avanço vertical por habilitação, feita pelo critério exclusivo do nível de formação do Professor ou Especialista de Educação, para a elevação à classe de remuneração superior, mas dentro do mesmo nível de atuação.

§ 3.º — Por avanço diagonal entende-se a progressão de uma para outra das referências de uma mesma Classe, definidas no § 6.º, do artigo 10, mediante o acréscimo de três por cento ao vencimento do Professor ou Especialista de Educação, acumulados a cada passagem para a referência consecutiva.

§ 4.º — A promoção por avanço diagonal, dar-se-á:

- por antiguidade, a cada triênio de efetivo tempo de serviço na Classe e na referência;
- por merecimento, avaliado pelo critério a ser estabelecido no Regulamento de que trata o artigo 36.

§ 5.º — Merecimento é a demonstração, por parte

do Professor ou do Especialista de Educação, do fiel cumprimento de seus deveres, bem como da contínua atualização e aperfeiçoamento para o desempenho de suas atividades.

Art. 33 — Não poderá ser promovido o Professor ou Especialista de Educação em estágio probatório, aposentado, em disponibilidade ou em licença para tratar de interesses particulares.

Art. 34 — O interstício entre duas promoções por avanço vertical, bem como por avanço diagonal por merecimento, será de dois anos”.

Art. 68 — Observado o total de 20 (vinte) horas semanais de trabalho e as demais prescrições legais, serão determinadas pelos órgãos competentes;

I - o período de trabalho diário no estabelecimento de ensino, complexo escolar ou centros interestaduais;

II - O número de horas diárias de trabalho para cada cargo.”

“Art. 76 — A aula extraordinária terá valor fixado em função dos níveis de vencimentos do Plano de Classificação de Cargos (Anexo II), observados os critérios seguintes:

I - nas 4 (quatro) primeiras séries do primeiro grau e ensino pré-escolar, 1/90 (um noventa avos) do vencimento da referência inicial do respectivo cargo efetivo, limitado a 20 (vinte) o número de aulas extraordinárias semanais;

II - a partir da 5a. série do primeiro grau, inclusive, até a última série do segundo grau;

a) 1/90 (um noventa avos) do vencimento da referência inicial da Classe B, ao ocupante de cargo de Magistério,
1 — com formação pedagógica até segundo grau;

2 — acadêmico de curso superior de formação pedagógica;

3 — não incluído nos incisos seguintes.

b) 1/90 (um noventa avos) do vencimento referência inicial da Classe C, ao ocupante de cargo de Magistério:

1 — com licenciatura de curta duração;

2 — portador de registro “D” do Ministério da Educação e Cultura, não licenciado;

c) 1/90 (um noventa avos) do vencimento da referência inicial da Classe E, ao ocupante de cargo do Magistério, portador de licenciatura plena.”

Art. 2.º — Os atuais Professores ou Especialistas de Educação integrantes do Quadro Próprio do Magistério serão enquadrados, a partir de 1.º de janeiro de 1982, na Classe que ocupam na referência correspondente ao seu tempo de serviço.

Parágrafo único — Para efeito do enquadramento de que trata este artigo, considerar-se-á o tempo de serviço contado para todos os efeitos legais.

Art. 3.º — O Regulamento de que trata o artigo 36 da Lei Complementar n.º 7/76 será baixado dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da publicação desta lei.

Art. 4.º — Os Anexos I e II-B da Lei Complementar n.º 7/76 passam a vigorar na forma dos que integram esta lei, ficando suprimido o Anexo III.

Art. 5.º — Esta lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1982, ficando revogados o artigo 12, o § 1.º do artigo 76 da Lei Complementar n.º 7/76, e demais disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO;

Presidente

RENATO BERNARDI — Relator.

QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO – MP
Estruturação da Carreira do Magistério – Grupo Ocupacional: PROFESSOR – MPP-100

NÍVEIS DE ATUAÇÃO	CÓDIGOS	ÁREAS DE ATUAÇÃO	SÉRIES DE CLASSES	NÍVEIS DE VENCIMENTOS	REFERÊNCIAS NAS CLASSES	CARGA HORÁRIA SEMANAL	NÍVEIS DE FORMAÇÃO (habilitação Específica)
I	MP-101	1ª a 4ª Séries do 1.º grau	A	1	A1-A2-A3-A4-A5-A6-A7-A8-A9-A10-A11	20	2.º grau com três séries
			B	2	B1-B2-B3-B4-B5-B6-B7-B8-B9-B10-B11	20	2.º grau com quatro séries ou 2.º grau com três séries mais um ano de estudos adicionais
			C	3	C1-C2-C3-C4-C5-C6-C7-C8-C9-C10-C11	20	Superior - Licenciatura de curta duração
			D	4	D1-D2-D3-D4-D5-D6-D7-D8-D9-D10-D11	20	Superior - Licenciatura de Curta Duração mais um ano de estudos adicionais
			E	5	E1-E2-E3-E4-E5-E6-E7-E8-E9-E10-E11	20	Superior - Licenciatura plena
II	MPP-102	1ª a 6ª Séries do 1.º grau	B	2	B1-B2-B3-B4-B5-B6-B7-B8-B9-B10-B11	20	2.º Grau com quatro séries ou 2.º grau com três séries mais um ano de estudos adicionais
			C	3	C1-C2-C3-C4-C5-C6-C7-C8-C9-C10-C11	20	Superior – Licenciatura de Curta Duração
			D	4	D1-D2-D3-D4-D5-D6-D7-D8-D9-D10-D11	20	Superior - Licenciatura de Curta Duração mais um ano de estudos adicionais
			E	5	E1-E2-E3-E4-E5-E6-E7-E8-E9-E10-E11	20	Superior - Licenciatura Plena

ANEXO 1-A
(Continuação)

III	MPP-103	1ª a 8ª Séries do 1.º Grau	C	3	C1-C2-C3-C4- C5-C6-C7-C8- C9-C10-C11	20	Superior – Licenciatura de Curta Duração
			D	4	D1-D2-D3-D4- D5-D6-D7-D8- D9-D10-D11	20	Superior - Licenciatura de Curta Duração mais um ano de estudos adicionais.
			E	5	E1-E2-E3-E4- E5-E6-E7-E8- E9-E10-E11	20	Superior – Licenciatura plena.
IV	MPP-104	1ª a 8ª Séries do 1.º Grau e 1ª e 2ª Séries do 2.º Grau	D	4	D1-D2-D3-D4- D5-D6-D7-D8- D9-D10-D11	20	Superior - Licenciatura de Curta Duração mais um ano de estudos adicionais.
			E	5	E1-E2-E3-E4- E5-E6-E7-E8- E9-E10-E11	20	Superior – Licenciatura Plena.
V	MPP-105	1.º e 2.º Graus completos	E	5	E1-E2-E3-E4- E5-E6-E7-E8- E9-E10-E11	20	Superior – Licenciatura Plena.

ANEXO I-B

QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO – MP
Estruturação da Carreira do Magistério – Grupo Ocupacional: ESPECIALISTA DE EDUCAÇÃO – MPE-200

NÍVEIS DE ATUAÇÃO	CÓDIGOS	DENOMINAÇÕES	SÉRIES DE CLASSES	NÍVEIS DE VENCIMENTO	REFERÊNCIAS NAS CLASSES	CARGA HORÁRIA SEMANAL	NÍVEIS DE FORMAÇÃO (Habilitação Específica)
Micro-Educação	MPE-201	Administrador Escolar	C	3	C1-C2-C3-C4-C5-C6-C7-C8-C9-C10-C11	20	Superior específico de curta duração.
Micro-Educação	MPE-201	Administrador Escolar	D	3	D1-D2-D3-D4-D5-D6-D7-D8-D9-D10-D11	20	Superior específico de curta duração mais um ano de estudos adicionais.
Micro e Macro Educação	MPE-201	Administrador Escolar	E	5	E1-E2-E3-E4-E5-E6-E7-E8-E9-E10-E11	20	Superior específico de duração plena
Micro-Educação	MPE-202	Orientador Educacional	C	3	C1-C2-C3-C4-C5-C6-C7-C8-C9-C10-C11	20	Superior específico de curta duração
Micro-Educação	MPE-202	Orientador Educacional	D	4	D1-D2-D3-D4-D5-D6-D7-D8-D9-D10-D11	20	Superior específico de curta duração mais um ano de estudos adicionais
Micro e Macro Educação	MPE-202	Orientador Educacional	E	5	E1-E2-E3-E4-E5-E6-E7-E8-E9-E10-E11	20	Superior específico de duração plena.

ANEXO 1-B
(Continuação)

Micro-Educação	MPE-203	Supervisor de Ensino	C	3	C1-C2-C3-C4-C5-C6-C7-C8-C9-C10-C11	20	Superior específico de curta duração
Micro-Educação	MPE-203	Supervisor de Ensino	D	4	D1-D2-D3-D4-D5-D6-D7-D8-D9-D10-D11	20	Superior específico de curta duração mais um ano de estudos adicionais
Micro e Macro Educação	MPE-203	Supervisor de Ensino	E	5	E1-E2-E3-E4-E5-E6-E7-E8-E9-E10-E11	20	Superior específico de duração plena
Micro-Educação	MPE-204	Inspetor de Ensino	C	3	C1-C2-C3-C4-C5-C6-C7-C8-C9-C10-C11	20	Superior específico de curta duração
Micro-Educação	MPE-204	Inspetor de Ensino	D	4	D1-D2-D3-D4-D5-D6-D7-D8-D9-D10-D11	20	Superior específico de curta duração mais um ano de estudos adicionais
Micro e Macro Educação	MPE-204	Inspetor de Ensino	E	5	E1-E2-E3-E4-E5-E6-E7-E8-E9-E10-E11	20	Superior específico de duração plena
Macro Educação	MPE-205	Planejador	E	5	E1-E2-E3-E4-E5-E6-E7-E8-E9-E10-E11	20	Superior específico de duração plena

ANEXO II-B
PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS
Serviço: MAGISTÉRIO – Grupo Ocupacional: ESPECIALISTA MPE-200

NÍVEIS DE ATUAÇÃO	CÓDIGOS	DENOMINAÇÕES	SÉRIES DE CLASSES	NÍVEIS DE VENCIMENTOS
Micro-Educação	MPE-201	Administrador Escolar	C	3
Micro-Educação	MPE-201	Administrador Escolar	D	4
Micro e Macro-Educação	MPE-201	Administrador Escolar	E	5
Micro-Educação	MPE-202	Orientador Educacional	C	3
Micro-Educação	MPE-202	Orientador Educacional	D	4
Micro e Macro-Educação	MPE-202	Orientador Educacional	E	5
Micro-Educação	MPE-203	Supervisor de Ensino	C	3
Micro-Educação	MPE-203	Supervisor de Ensino	D	4
Micro e Macro-Educação	MPE-203	Supervisor de Ensino	E	5
Micro-Educação	MPE-204	Inspetor de Ensino	C	3
Micro-Educação	MPE-204	Inspetor de Ensino	D	4
Micro e Macro-Educação	MPE-204	Inspetor de Ensino	E	5
Macro-Educação	MPE-205	Planejador	E	5

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 90/81, que aprova as Contas do Governo do Estado do Paraná, referentes ao exercício de 1979.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 90/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Artigo único — Ficam aprovadas as contas do Governador do Estado, referentes ao exercício de 1979.

Sala das Comissões, em 3 de dezembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente;

RENATO BERNARDI — Relator.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 123/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 107/81), que dá nova estrutura ao Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado. Com Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., COM EMENDAS, e da C.F., por unanimidade.— Em votação.

O SR. LINEU TURRA — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente. Nós inicialmente temos que lamentar que um projeto dessa natureza venha com decurso de prazo para esta Casa!

Trata-se de uma matéria de importância e que merecia um estudo mais acurado.

Constatamos, dos exames que fizemos dessa matéria, que, aí, estão criados 50 cargos e entre eles estão sendo criados mais 23 cargos de AS-5, de Assessoria a Desembargadores, e também estamos constatando no projeto, que, existe um tratamento discriminatório em relação a Médicos Sanitaristas do Estado — de acordo com a tabela de vencimentos desse projeto, um médico do Poder Judiciário irá ser contemplado com vencimento superior a duas vezes a um Médico Sanitarista com 30 anos de serviço!

Então, Sr. Presidente, nós queríamos registrar aqui a nossa estranheza por essa discriminação, e também que, esse projeto tenha vindo aqui com o prazo constitucional para ser votado, e que tivesse infelizmente, hoje em 2a. Discussão, e amanhã, passará pelo decurso de prazo, e esta Casa não tenha podido examinar com mais detalhes o projeto, para que pudesse apreciar as emendas que possivelmente viessem aprimorá-lo, ou então, rejeitar as incongruências que nós constatamos no referido projeto.

Aí está, e, segundo levantamento que fizemos, uma criação de 50 cargos além da estrutura existente hoje no Tribunal de Justiça.

Nós queríamos fazer este registro, Sr. Presidente, para que a matéria não passasse em branco e dizer que, estamos inconformados com outras matérias que, de grande importância como esta, têm vindo para esta Casa com prazo constitucional.

Eu acho que chegou a hora já de o Sr. Governador deixar de utilizar essa disposição autoritária da Carta, que foi introduzida na Carta Constitucional, por um regime autoritário.

Nós precisamos abrir mão do autoritarismo e nos conduzir de acordo com o bom senso, de acordo com as leis.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação o projeto.— **Aprovado, artigo por artigo.**
Em votação a Emenda n.º 1. **Aprovada.**
Em votação a emenda n.º 2. **Aprovada.**

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, com apoio do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Mauri Friso, ocorrido em Francisco Beltrão.— **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 29.º aniversário de emancipação política do Município de Francisco Beltrão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex aos Srs. Líderes dos Partidos Políticos com assento no Congresso Nacional, cumprimentando-os pelo entendimento na votação das alterações na Lei da Previdência Social.— **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVERIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e irá proceder a votação.

20 Srs. Deputados o aprovam.

Não há "quorum" para votação, mas somente para prosseguimento da sessão.

Solicito do Sr. 1.º Secretário que proceda a leitura da Sinopse dos trabalhos do atual período legislativo.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (procede a leitura da sinopse).

(A sinopse acha-se publicada no final desta Ata).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Presidência suspende a presente sessão por alguns minutos, a fim de que seja feita a lavratura da Ata dos trabalhos da sessão de hoje, para ser aprovada ainda nesta sessão, como determina o Regimento Interno.

(Está suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está reaberta a sessão.
Solicito do Sr. 2.º Secretário que proceda a leitura da Ata da presente sessão.

(É procedida a leitura da ata).

O SR. PRESIDENTE — Em votação a Ata que acaba de ser lida.
Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão e encerrado igualmente o Período Ordinário de Sessões da 3a. Sessão Legislativa da 9a. Legislatura, convocando os Srs. Deputados para se reunirem no dia 7 do corrente mês, segunda-feira, à hora regimental, para a instalação do período extraordinário, convocado pelo Sr. Governador do Estado, compreendido entre os dias 7 a 21 do corrente mês.

Levanta-se a sessão.

S I N O P S E

Divisão de Documentação

Serviço de Estatística

Sinopse dos Trabalhos Legislativos e Administrativos do Período Ordinário, compreendido entre 1.º de março a 05 de dezembro de 1981.

Sessão de Instalação	001
Sessões Ordinárias	141
Sessões Extraordinárias	010
Sessões Solenes	004
Sessão Especial	001
Projetos de Lei Apresentados	134
Projetos de Lei Aprovados	122
Projetos de Lei Sancionados pelo Senhor Governador	097
Projetos de Lei Rejeitados pelo Plenário	004
Projetos de Resolução Apresentados	004
Projetos de Resolução Aprovados	078
Requerimentos dos Srs. Deputados	1.155
Votos de louvor, regozijo e congratulações	135
Votos de pesar	211
Mensagens do Senhor Governador	116
Ofícios do Senhor Governador	082
Ofícios das Câmaras Municipais	014
Ofícios das Prefeituras	002
Ofícios Diversos	012
Indicações	032
Telegrama	001
Emendas	016
Portarias Baixadas pelo Senhor Diretor Geral	766
Decretos Legislativos	375
Resoluções Promulgadas pelo Senhor Presidente	074
Leis Promulgadas pelo Senhor Presidente	004